

## **CENTRO DOM VITAL**

Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro.

Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiásticas, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma "nova geração de intelectuais católicos".

### **A DÉCADA DE 1920**

A primeira diretoria do Centro Dom Vital foi integrada por Jackson de Figueiredo (presidente), Hamilton Nogueira (vice-presidente), Perilo Gomes (secretário), José Vicente de Sousa (tesoureiro) e Vilhena de Moraes (bibliotecário). O primeiro assistente eclesiástico da associação foi o padre Leonel Franca. Entre seus primeiros membros figuravam Alexandre Correia, os doadores Durval de Moraes, Jônatas Serrano, Mário de Paulo Freitas e Alceu Amoroso Lima, além dos professores Leonardo von Acker e Lacerda de Almeida. Nestor Vítor, Tasso da Silveira, Andrade Murici, José Barreto e outros integrantes do grupo literário "A Festa" figuravam como colaboradores.

As principais atividades do centro na década de 1920 foram a promoção de conferências sobre teologia e filosofia para pequenas audiências, a edição da revista mensal *A Ordem*, fundada em 1921, e a manutenção de uma biblioteca católica dirigida durante certo tempo por Augusto Frederico Schmidt. Logo após a fundação da instituição no Rio de Janeiro, outros centros e publicações católicos foram criados em todo o país.

Em 1922, os membros do Centro Dom Vital e do grupo "A Festa" se opuseram à concepção do "modernismo" da Semana de Arte Moderna. Segundo eles, o modernismo

deveria estar ligado à "autenticidade e tradição", noções essas que estavam ausentes do movimento devido à orientação dada ao evento pelos "esquerdistas". Segundo Margaret Todaro, tanto o centro quanto a revista *A Ordem* se caracterizavam por uma preocupação com causas políticas conservadoras, empenhados na "luta pelo espírito contra a matéria, pela liberdade contra o despotismo, pelo fascismo contra o comunismo". Segundo a autora, o centro declarava que o fascismo era o aliado natural do catolicismo contra o socialismo e o marxismo.

Ainda no ano de sua criação, o centro apoiou a campanha de Artur Bernardes para a presidência da República contra Nilo Peçanha. Mais tarde, Jackson de Figueiredo rompeu com Bernardes por este não lhe ter concedido a candidatura a senador pelo estado de Sergipe. Entretanto, Afonso Pena Júnior, ministro da Justiça do governo Bernardes, promoveu a reconciliação, vindo Jackson a ocupar, entre 1925 e 1926, o cargo de chefe da censura. Nesse posto, Jackson de Figueiredo trabalhou em colaboração com outro católico membro do Centro Dom Vital, o advogado Heráclito Sobral Pinto.

Durante os períodos de atividade política mais intensa, Jackson de Figueiredo se afastava de suas atividades católicas, inclusive do centro. Isto aconteceu, por exemplo, na época dos movimentos tenentistas, quando participou de campanhas e de comícios contra os revolucionários. Em suas atividades políticas, Jackson de Figueiredo em geral agia individualmente, e não como representante da Igreja católica. Entretanto, muitas vezes sua atuação política se fez através dos veículos católicos por ele criados, como o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*.

A partir de maio de 1925, em vista da reforma constitucional prometida pelo presidente Bernardes, dom Leme e Jackson de Figueiredo iniciaram intensa campanha em favor de "emendas religiosas" à Constituição. Essa campanha foi veiculada pelo Centro Dom Vital e pela revista *A Ordem*. As emendas propostas referiam-se à obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas e ao reconhecimento da posição privilegiada da religião católica romana como a religião da maioria, o que equivaleria a seu reconhecimento como a religião oficial nacional. O centro mobilizou grande número de professores nesse

movimento. A Liga dos Professores Católicos de São Paulo ofereceu sua solidariedade a dom Leme, colaborando na campanha. Contudo, nenhuma das duas emendas foi aprovada, tendo havido grande oposição por parte dos protestantes, maçons, agnósticos e outros grupos não católicos.

Com a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, o cargo de editor de *A Ordem* e de presidente do Centro Dom Vital foi entregue a Alceu Amoroso Lima. Embora mais liberal do que seu antecessor, o novo líder manteve no centro a orientação política conservadora que o caracterizara até então.

Em 1929, o Centro Dom Vital filiou-se a uma grande associação, a Coligação Católica Brasileira (CCB), que passou a ser também presidida por Alceu Amoroso Lima, com a assistência eclesiástica do padre Leonel Franca. O centro e a coligação passaram, portanto, a formar uma única frente.

#### AUGE E DECLÍNIO: AS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Logo após a Revolução de 1930, o Estado concedeu um reconhecimento semioficial à Igreja, fortalecendo assim a posição desta. Segundo Ralph Della Cava, foi o "profundo vazio político gerado pela Revolução de 1930 que transformou a Igreja numa força social absolutamente indispensável ao processo político". Nesse período ocorreu a primeira grande crise política no Centro Dom Vital, gerada por um conflito entre dois de seus membros: Pedro de Oliveira Ribeiro (chefe de polícia do presidente Washington Luís) e Sobral Pinto. Enquanto Ribeiro pedia ao centro uma demonstração contra o "espírito revolucionário", Sobral Pinto queria que este se manifestasse a favor da revolução. Naquele momento Amoroso Lima mantinha o centro "fora das questões políticas". Entretanto, após a vitória do movimento revolucionário e depois que Getúlio Vargas efetivamente se instalou no poder, a tradicional hostilidade do centro aos revolucionários desapareceu, passando a associação a apoiar o novo governo.

Por outro lado, em 1931, Sobral Pinto, que sempre advogara a revolução, voltou-se contra o governo provisório, passando a sofrer pressões do cardeal Leme para não mais escrever sua

coluna na revista *A Ordem*. Uma de suas principais críticas ao governo revolucionário referia-se à necessidade absoluta de uma Constituição para o país. Em 1933, a revista extinguiria definitivamente a coluna de Sobral Pinto.

A Revolução Constitucionalista de 1932 ocasionou a segunda grande crise no Centro Dom Vital, dividindo seus membros em dois grupos, um favorável e outro contrário ao movimento. Mais uma vez, a posição de Amoroso Lima e do cardeal Leme definiu-se pelo não envolvimento da organização em questões políticas. Essa "política de neutralidades" teve sua eficácia na década de 1930: várias organizações católicas criadas à volta do Centro Dom Vital foram consideradas de utilidade pública, passando consequentemente a receber subsídios governamentais. Em contrapartida, certas irmandades que se opunham ao cardeal Leme tiveram seus subsídios vetados pelo governo federal até que suas diretorias fossem mudadas.

Graças aos contatos do Centro Dom Vital com os responsáveis pela área de educação do governo federal, o Congresso aprovou o Decreto nº. 19.941, de 30 de abril de 1931, permitindo a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. A partir desse ano, ainda, diante do protesto do Centro Dom Vital contra a lei que proibia a existência de sindicatos trabalhistas com expressão política, social e ideológica, incluindo-se aí as religiões, o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, permitiu a criação de sindicatos católicos. Surgiram então os círculos operários e a Confederação Nacional dos Operários Católicos (depois Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos), organizações importantes na condução dos trabalhadores de todo o país.

Em 1932, as relações entre a Igreja e o Estado eram tais que o tenente Juarez Távora e o Clube 3 de Outubro convidaram Amoroso Lima a esboçar um programa político, econômico e social que previsse o incremento da Igreja no país. O Centro Dom Vital conheceu nessa época um período de grande prosperidade, e fazer parte de seus quadros era um "símbolo de classe, prestígio, intelecto e religiosidade". A *jeunesse dorée*, segundo a denominação de Guerreiro Ramos, reunida pelo centro continuava a ser formada pelos jovens intelectuais das classes altas.

Por outro lado, alguns católicos membros do Centro Dom Vital participaram da Ação Integralista Brasileira, movimento que atuou no país de 1932 a 1937. Nesse período, o centro apoiou ainda o movimento Pátria Nova, de São Paulo, de caráter neomonarquista. O apoio simultâneo do Centro Dom Vital ao governo Vargas, ao integralismo e ao movimento monarquista era possível graças à sua plataforma, que propunha a institucionalização de um Estado forte, capaz de defender a Igreja católica do comunismo, e a própria divisão do poder entre a Igreja e o Estado, baseada na "superioridade do espiritual sobre o temporal". O repúdio do centro ao comunismo manifestou-se em suas constantes denúncias contra a Aliança Nacional Libertadora.

Na qualidade de maior expressão da vida católica nacional, o Centro Dom Vital constituiu-se num núcleo do qual se originaram várias organizações com o objetivo de revitalizar a Igreja e o catolicismo. Diversas filiais do centro foram criadas nas cidades mais importantes do país ao longo da década de 1930. O centro mais ativo era o do Rio de Janeiro, que de 1928 a 1935 passou de 50 para 500 associados. Em segundo lugar figurava o centro de São Paulo, fundado em 1931 por monsenhor Gastão Liberal Pinto e cujos membros mais importantes eram Alexandre Correia, Leopoldo Aires, Leonardo Von Acker e Plínio Correia de Oliveira. O Centro Dom Vital de Recife foi organizado em 1929, o de Belo Horizonte, em 1932, e o de Juiz de Fora, em 1933. Formaram ainda seus centros as cidades de Aracaju, Cataguases, Fortaleza, Niterói e São João del Rei.

A maioria dos centros realizou o trabalho político da Liga Eleitoral Católica (LEC), organização política fundada em 1932 pelo cardeal Leme com o intuito de mobilizar o eleitorado católico para apoiar, entre os candidatos à Assembleia Constituinte de 1933 e à Câmara dos Deputados de 1934, os que estivessem comprometidos com a defesa dos princípios da Igreja. Sob a direção de Amoroso Lima, o Centro Dom Vital cumpriu também uma função cultural e educacional, atenuando-se seu caráter de veículo de propaganda das ideias políticas de Jackson de Figueiredo.

No início da década de 1930, foi criada a Ação Universitária Católica (AUC), com o objetivo de preparar militantes católicos para dirigir a juventude brasileira e restaurar a

ordem social cristã. As propostas do centro se confundiam com as da AUC, a qual, na verdade, era uma de suas frentes, destinada basicamente a combater o comunismo na universidade.

Em 1932, o Centro Dom Vital inaugurou seus cursos no Instituto Católico de Filosofia e Ciências Sociais (ou Instituto Católico de Estudos Superiores, como ficou conhecido), dirigido por Sobral Pinto, assessorado pelos padres Pedro Secondi, Tomás Keller e Martinho Michler, por Amoroso Lima e Hamílton Nogueira e, ainda, esporadicamente, por Guerreiro Ramos e Gouveia Vieira. O beneditino alemão dom Martinho Michler promoveu um movimento de renovação litúrgica, restrito às cúpulas do centro, através dos cursos dados na AUC e no Instituto de Estudos Superiores.

A Associação dos Professores Católicos, defensora dos mesmos objetivos do Instituto Católico de Filosofia e Ciências Sociais, começou a funcionar sob a direção de Everardo Backheuser e do padre Leonel Franca, sendo organizada nacionalmente em maio de 1933, com a formação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Em 1935, foi criada a Ação Católica Brasileira (ACB), a AUC transformou-se na Juventude Universitária Católica (JUC) e os jovens trabalhadores preocupados com temas sociais passaram a fazer parte da Juventude Operária Católica (JOC).

Por volta de 1937, o Centro Dom Vital possuía aproximadamente 20 ramos espalhados pelo país, incluindo grupos universitários e operários. Por essa época, foi criada a Confederação da Imprensa Católica, por iniciativa da Coligação Católica Brasileira.

No início da década de 1940, Amoroso Lima, influenciado agora por Jacques Maritain, propôs, como base de uma nova plataforma para o Centro Dom Vital, a idéia de "humanismo integral", rejeitando a ideologia integralista. Com a inauguração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em abril de 1941, aumentou a influência do centro. O cardeal Leme apontou o padre Leonel Franca para o cargo de reitor.

Em 1942, contudo, o declínio do Centro Dom Vital podia ser constatado, tanto pela perda de seus suportes básicos na hierarquia eclesiástica com a morte do cardeal Leme e do padre Leonel Franca, quanto pela mudança de orientação política de Amoroso Lima, agora mais

democrático. O sucessor do cardeal Leme, dom Jaime de Barros Câmara, opunha-se a Amoroso Lima, chegando a forçar sua demissão da presidência da ACB. Com a queda de Vargas em 1945, os membros do Centro Dom Vital espalharam-se, ingressando na Campanha de Resistência Democrática liderada por Sobral Pinto, na União Democrática Nacional (UDN) ou no Partido Democrata Cristão (PDC), desvinculando, porém, suas opções de qualquer orientação do centro.

#### AS DÉCADAS DE 1950 E DE 1960

A partir de 1951, quando Amoroso Lima foi para Washington, a liderança do Centro Dom Vital passou a ser ocupada por Gustavo Corção. Em 1953, com a volta de Amoroso Lima, criou-se uma oposição política entre os dois líderes. Desde então, perpetuou-se uma crise interna, que culminou, em 1963, com a saída de Corção do centro, juntamente com cerca de 200 associados. Em 1964 a revista *A Ordem* parou de circular, devido a divergências entre seus colaboradores.

Em 1966, Amoroso Lima deixou a presidência do centro. Instalou-se então um impasse, posto que dom Jaime Câmara recusava-se a apontar um novo presidente e, de acordo com os estatutos, somente à autoridade eclesiástica cabia fazê-lo. Não podendo eleger sua diretoria, o centro não tinha sua situação legalizada, o que implicava a suspensão dos subsídios governamentais. A instituição foi mantida graças às contribuições pessoais de Amoroso Lima. Finalmente, em 1967, dom Jaime convocou eleições para a diretoria do centro. De acordo com os estatutos, somente os 50 membros efetivos podiam votar para eleger os membros da diretoria. Sobral Pinto foi apontado para a presidência, e o cardeal reservou-se o direito de designar outra pessoa para substituí-lo em qualquer momento futuro. Para a diretoria, foram eleitos Hamílton Nogueira, José Carlos de Melo e Sousa, José Artur Rios (antigos membros), Antônio Maccariello e Izeu Barcelos. Esse grupo, entretanto, foi destituído pelo cardeal dom Jaime apenas oito meses após as eleições.

A partir de junho de 1968, o centro foi perdendo sua dinâmica e influência, mantendo-se vivo somente pelo prestígio de Amoroso Lima, Hamílton Nogueira, Sobral Pinto e Carlos

Ferrario. Entretanto, Sobral Pinto e Alceu Amoroso Lima consideraram que o ato comemorativo realizado em 6 de novembro de 1973 pela passagem do aniversário de falecimento de Jackson de Figueiredo marcava a reabertura das atividades do centro. Procurariam em seguida iniciar o trabalho de reorganização do Centro Dom Vital e de seus sócios, até então dispersos devido à quase paralisação do trabalho de evangelização desenvolvido anteriormente. No ano seguinte, a revista *A Ordem* voltava a circular sob a direção de Eduardo Prado de Mendonça, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vice-presidente executivo do Centro Dom Vital.

Em janeiro de 1980, Sobral Pinto foi reconduzido ao cargo de presidente. A nova diretoria foi formada pelos vice-presidentes Hamílton Nogueira, Tarcísio Meireles Padilha e Antônio de Resende Silva, além dos diretores Constantino Koser, dom Estêvão Bittencourt, Georges Frédéric Mirault Pinto, Hans Ludwig Lippman, dom Genaro Rangel, Heitor Moreira Herrera e Maria Lúcia Quadros. O novo conselho consultivo foi formado por Afonso Arinos de Melo Franco, Antônio Carlos Vilaça, Célio de Oliveira Borja, José Carlos Barbosa Moreira, José Carlos de Melo e Sousa, José Murta Ribeiro, Laudo de Almeida Camargo, Márcio Leal de Meireles, Otávio de Faria, o padre Pedro Belisário Veloso, Rubens D'Abnada Horta Porto e Sebastião Ribeiro de Oliveira. O jurista Sobral Pinto reafirmou seu propósito de manter o centro fiel à Igreja, como um "porta-voz do bispo em matéria de doutrina".

Motivos financeiros impediram a circulação da revista *A Ordem* entre 1984 e 1988. Nesse ano, sua diretoria incluía como vice-presidentes Tarcísio Padilha, Afonso Arinos de Melo Franco e Célio de Oliveira Borja, além dos diretores Antônio Carlos Vilaça, Creuza Capalbo, dom Estêvão Bettencourt, Heitor Moreira Herrera, Maria Lúcia Quadros e Teófilo de Azeredo Santos. Com a morte de Sobral Pinto em 30 de novembro de 1991, o professor Tarcísio Padilha tornou-se presidente interino do centro.

Durante a década de 1990, o centro publicou a revista *A Ordem* anualmente, apesar de



dificuldades financeiras, e realizou ciclos de conferências e mesas redondas periodicamente.

*Mônica Kornis*

FONTES: BRUNNEAU, T. *Catolicismo*; BRUNNEAU, T. *Conflict*; DELLA CAVA, R. *Igreja*; *Globo* (24/7/1974); INF. CENTRO DOM VITAL; *Jornal do Brasil* (27/7/1974, 8, 9/1/1980); KADT, E. *Catholic*; *Ordem* (4-6/1974, 1-6/1979); TODARO, M. *Integralism*; TODARO, M. *Pastors*; VELOSO, M. *Análise*.